

ACORDO GERAL DE PAZ PODE SER ASSINADO HOJE

● Afonso Dhlakama aguardado esta manhã em Roma

por Bernardo Mavanga, nosso enviado especial

Grande expectativa ressurgiu ontem em Roma com a confirmação da chegada esta manhã do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, para a assinatura do acordo de paz que deverá pôr termo a uma das mais cruéis guerras dos nossos tempos, e culminar um processo negocial árduo e oneroso que se arrasta há mais de dois anos. Espera-se que do contacto que manterá com o Presidente Joaquim Chissano resulte o esclarecimento das dúvidas que o líder da Renamo afirma impedirem o fim imediato da guerra em Moçambique.

Entretanto, realizou-se ontem à noite uma sessão plenária das delegações da Renamo e do Governo para a conclusão dos textos do acordo, no prosseguimento de um trabalho que decorre já de há algum tempo para cá.

Afonso Dhlakama condiciona a assinatura do acordo geral de paz à discussão e esclarecimento de dois pontos nos textos do acordo a ser rubricado, nomeadamente o processo e o lugar de acantonamento das tropas governamentais e dos homens do seu movimento, depois de declarado o cessar-fogo, e a questão da administração dos territórios que ocupa que, implicitamente, se devem manter sob seu domínio até à realização das eleições.

Se estas questões forem prontamente esclarecidas, e se resultarem as pressões que a comunidade internacional e o avanço do próprio processo impõem ao líder da Renamo, pode ser que ainda se assinem o acordo. Está, porém, claro, que não é intenção nem preocupação de Dhlakama cumprir com a data estabelecida no passado dia 18 de Setembro em Gaborone.

O líder da Renamo afirmou em recentes declarações à imprensa portuguesa não ser importante que o acordo seja rubricado exactamente

no dia 1, podendo isso acontecer mais tarde, no dia 2, 3, ou 4, depois de revistas as suas contestações.

Falando à informação na noite de terça-feira, o Presidente Joaquim Chissano, que revelou ter tomado conhecimento da decisão de

Dhlakama de não vir a Roma, ainda em Maputo, reafirmou a sua prontidão em tudo fazer para o alcance da paz, mostrando-se optimista com a chegada, entretanto, do líder da Renamo à capital italiana.

Tomei conhecimento da decisão do senhor Afonso Dhlakama de não vir a Roma às duas horas menos 10 da madrugada de terça-feira, quando eu já me encontrava organizado para me deslocar a Roma e, na altura, não vi nenhuma possibilidade de tomar outra decisão senão a de vir e trocar opiniões com os mediadores, com a delegação e com o grupo de avanço, disse.

Tendo falado com os mediadores e com o Presidente Mugabe — acrescentou — cheguei à conclusão de que devia esperar até ao próprio dia 1 para ver qual seria a evolução dos acontecimentos.

Porém, ao receber de Maputo, já na noite de terça-feira, a informação de que afinal o líder da Renamo estava a caminho de Roma,

Chissano admitiu ser possível a assinatura do acordo, uma vez garantida a presença de Dhlakama na capital italiana.

Chissano explicou que nos dias que antecederam a sua vinda a Roma tinha estado em discussões com o líder da Renamo e havia sido alcançado entendimento sobre todos os problemas, pelo que trazia para Roma textos prontos sobre os entendimentos alcançados com Dhlakama e esperava que este viesse à capital italiana com o espírito de assinar o acordo, sem levantar mais problemas sobre os textos acordados.

Indagado sobre as alegações de Afonso Dhlakama para não cumprir com o estabelecido em Gaborone, Chissano afirmou que o líder da Renamo está preocupado com alguns requisitos das Nações Unidas, que ambas as partes terão que satisfazer, mas não se dispõe a especificar tais requisitos, adiantando apenas que não constituem impedimento para que se assinem o acordo:

Respondendo a uma pergunta relativa ao facto de a Renamo não aceitar a administração dos territórios que ocupa pelas autoridades governamentais, no período que se seguirá ao cessar-fogo, Chissano afirmou que Dhlakama nunca lhe havia colocado o problema nesses termos e que segundo o compromisso de Gaborone, o líder da Renamo disse acreditar numa só administração que deve ser exercida de acordo com as instituições estabelecidas por Lei.

Segundo o Chefe do Estado, o que ficou claro nas discussões de Gaborone é que deveria ser encontrada uma forma de não criar instabilidade nessas zonas ocupadas pela Renamo, para o que foram feitas propostas concretas que vêm incluídas nos textos acordados por ambos.

Para os observadores do processo negociado de paz para Moçambique, tudo indica que uma vez mais, mão externa estará por detrás das indecisões de última hora manifestadas pelo líder da Renamo e cujos interesses são contrários ao estabelecimento da paz no país.

A corroborar com esta leitura, surgiu terça-feira em Maputo e também em Roma um novo texto da Renamo sobre as condições e procedimentos a considerar para o